

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 5

**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**



Atena
Editora
Ano 2019

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 5
[recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida
Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena
Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na
Educação Brasileira; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-555-6

DOI 10.22533/at.ed.556192008

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação –
Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre
José. III. Série.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DO PIBID NA DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DE MUTUÍPE-BA	
Wanderson Amorim dos Santos Arlene Andrade Malta Evonete Santos do Espírito Santo Jailson de Jesus Santos Arlei Evangelista Santos Maria da Conceição Pinheiro de Santana Rafael da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5561920081	
CAPÍTULO 2	10
À EDUCAÇÃO FAMILIAR E O FEMINISMO ISLÂMICO COMO INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO CULTURAL E SOCIAL	
Lucas Batista Carriconde Nathalia Rafaela Paes e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5561920082	
CAPÍTULO 3	23
O MODELO DE EDUCAÇÃO FEMININA DO FILOSOFO LUÍS ANTÓNIO VERNEY NO SÉCULO XVIII	
Dyeinne Cristina Tomé	
DOI 10.22533/at.ed.5561920083	
CAPÍTULO 4	35
MÉTODO BAMBU NO ENSINO SUPERIOR: DESENVOLVENDO POTENCIALIDADES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	
Mariana Boulitreau Siqueira Campos Barros Leidiane Francis de Araújo Costa Débora Morgana Soares Oliveira do Ó Reginaldo Luís da Rocha Júnior Suelayni de Azevedo Albuquerque Sílvia Elizabeth Gomes de Medeiros Soraia Lins de Arruda Costa Laís Helena de Souza Soares Lima Laryssa Grazielle Feitosa Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.5561920084	
CAPÍTULO 5	45
METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM: GESTÃO DE PROJETOS EM GERONTOLOGIA	
Maria Luisa Trindade Bestetti Tássia Monique Chiarelli	
DOI 10.22533/at.ed.5561920085	

CAPÍTULO 6	57
MODELAGEM DE FILTRO DE MICROFITA COM GEOMETRIAS DIVERSAS E DEFORMAÇÕES NO PLANO TERRA COM O PROGRAMA DE SIMULAÇÕES DE ONDA COMPLETA	
<p>Ana Paula Bezerra dos Santos Pedro Carlos de Assis Júnior Elder Eldervitch Carneiro de Oliveira Rodrigo César Fonseca da Silva Marcelo da Silva Vieira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.5561920086	
CAPÍTULO 7	66
O CONCEITO DE IDENTIDADE DOCENTE NAS PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
<p>Edlauva Oliveira dos Santos Leila Márcia Ghedin Evandro Ghedin</p>	
DOI 10.22533/at.ed.5561920087	
CAPÍTULO 8	78
O USO DO MULTIPLANO COMO RECURSO METODOLÓGICO NO ENSINO DE POLÍGONOS A ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS	
<p>Ana Kely de Albuquerque Sousa e Souza Abigail Fregni Lins Patrícia Sandalo Pereira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.5561920088	
CAPÍTULO 9	87
O USO DOS JOGOS DO TEATRO DO OPRIMIDO COMO DISPOSITIVO DE MEDIAÇÃO SIMBÓLICA COM UM GRUPO DE PROFESSORAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BRASÍLIA	
<p>Simone Lisniowski Sandra Francesca Conte de Almeida</p>	
DOI 10.22533/at.ed.5561920089	
CAPÍTULO 10	98
OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E A CIDADANIA PLANETÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM FORMAÇÃO	
<p>José Auricélio Bernardo Cândido Geanne Maria Costa Torres Inês Dolores Teles Figueiredo Maria Rosilene Cândido Moreira Slayton Frota Sá Nogueira Neves Francisco José Maia Pinto</p>	
DOI 10.22533/at.ed.55619200810	
CAPÍTULO 11	109
OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE BUSINESS INTELLIGENCE NA GESTÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO: ESTUDO DE CASO NO COLÉGIO LOYOLA, EM BELO HORIZONTE (MG)	
<p>Guilherme Rodrigues Pereira Frederico César Mafra Pereira Jorge Tadeu Ramos Neves</p>	
DOI 10.22533/at.ed.55619200811	

CAPÍTULO 12	125
A CONTRIBUIÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	
Jacqueline Maria Duarte Lewandowski	
DOI 10.22533/at.ed.55619200812	
CAPÍTULO 13	135
PANORAMA DAS PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE PARADIDÁTICOS NO ENSINO DE QUÍMICA	
Karina Sasso Fernandes Irene Cristina de Mello	
DOI 10.22533/at.ed.55619200813	
CAPÍTULO 14	149
PERFIL DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI	
Edson Luiz Tonello Junior Izabele Brandão Krueel	
DOI 10.22533/at.ed.55619200814	
CAPÍTULO 15	160
PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA: O QUE PENSAM OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS?	
Janes Santos Herdy	
DOI 10.22533/at.ed.55619200815	
CAPÍTULO 16	173
REFLEXÕES ACERCA DO FENÔMENO DA TRANSGERACIONALIDADE PSÍQUICA E DA INTERDIÇÃO DE “FALAR SOBRE” COMO OBSTÁCULOS AO APRENDER PELA EXPERIÊNCIA	
Jackeline Jardim Mendonça Vera Lúcia Blum Andréia de Fátima de Souza Dembiski Daniely Cristina Santos Souza André Elias Cruz Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.55619200816	
CAPÍTULO 17	185
REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO TRANSFERENCIAL E A PRODUÇÃO DE DADOS NO CAMPO DA PESQUISA COM O MÉTODO PSICANALÍTICO	
Renata Garutti Rossafa Vera Lúcia Blum André Elias Cruz Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.55619200817	
CAPÍTULO 18	197
REFLEXÕES DA VIVÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA MODALIDADE EDUCACIONAL EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS)	
Mateus Santos Neves Heloisa de Mello	
DOI 10.22533/at.ed.55619200818	

CAPÍTULO 19	202
REFLEXÕES SOBRE A PEDAGOGIA EMPREENDEDORA A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES DOS PARADIGMAS DA ESCOLA TECNICISTA	
Claudeneý Licínio Oliveira Antônio José Müller Marcos Antonio Fari Junior	
DOI 10.22533/at.ed.55619200819	
CAPÍTULO 20	218
REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS DOCENTES E O SUJEITO DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES DA ANDRAGOGIA	
Alcylanna Nunes Teixeira Antoniél dos Santos Gomes Filho Tamyris Madeira de Brito Jardel Pereira da Silva Thaís Lucena Grangeiro Zuleide Fernandes de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.55619200820	
CAPÍTULO 21	230
REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS EM MATEMÁTICA PARA PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Malcus Cassiano Kuhn	
DOI 10.22533/at.ed.55619200821	
CAPÍTULO 22	245
RELAÇÕES FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE E CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE	
Luciana Rios da Silva Elaine Pedreira Rabinovich Ivonete Barreto de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.55619200822	
CAPÍTULO 23	254
REPENSANDO A PRÓPRIA VIDA: AS NARRATIVAS DOS IDOSOS EM UM GRUPO DE CONVIVÊNCIA	
Laudicéia Noronha Xavier Annatália Meneses de Amorim Gomes Cleide Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.55619200823	
CAPÍTULO 24	265
REPRESENTAÇÕES SEMIÓTICAS DE SÓLIDOS GEOMÉTRICOS EM VÍDEO: RESULTADOS PARCIAIS	
Lucilene Dal Medico Baerle Alan Vicente Oliveira Carlos Daniel Ofugi Rodrigues Carlos Roberto da Silva Cintia Fernandes Da Silva Flávia Caraíba de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.55619200824	

CAPÍTULO 25	276
SIMULADORES DE QUÍMICA DISPONÍVIES NO PhET COLORADO: UM ESTUDO DE CASO PARA O CONTEÚDO DENSIDADE DE MASSA	
Lílian Amancio de Pinho Gomes	
Edilson Leite da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55619200825	
CAPÍTULO 26	289
SÍNTESE E BIOENSAIO IN VITRO DE UM CANDIDATO Á FÁRMACO	
Herbert Igor Rodrigues de Medeiros	
Bruna Barbosa Maia da Silva	
Cosme Silva Santos	
Romário Jonas de Oliveira	
Juliano Carlo Rufino de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.55619200826	
CAPÍTULO 27	297
TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: SABERES E PRÁTICAS NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO NO IFPA- CAMPUS RURAL DE MARABÁ	
Maria Suely Ferreira Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.55619200827	
CAPÍTULO 28	307
TRILHA URBANA PARA DESENVOLVIMENTO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL	
Lucélia de Almeida Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.55619200828	
CAPÍTULO 29	321
UM CAMINHO ALTERNATIVO PARA A FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFESSORES: OFICINAS DE MEDIAÇÕES DIGITAIS PELO LALUPE/UEPG	
Elenice Parise Foltran	
Dierone César Foltran Junior	
Reinaldo Afonso Mayer	
DOI 10.22533/at.ed.55619200829	
CAPÍTULO 30	331
UM OLHAR PARA A TRANSDISCIPLINARIDADE EM PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ALGUMAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL	
Rosamália Otoni Pimenta Campos	
Vania Roseli de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.55619200830	
CAPÍTULO 31	343
UMA ANÁLISE DAS REFORMAS ATUAIS NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: AMEAÇAS E RETROCESSOS	
Edna Sousa de Almeida Miranda	
Sandra Valéria Limonta Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.55619200831	

CAPÍTULO 32	355
UMA REVISÃO ACERCA DO (NÃO) EMPREGO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EXPERIENCIAL AO AR LIVRE NO BRASIL	
Erich de Freitas Mariano	
Kelvy Fellipe Gomes de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.55619200832	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	368
ÍNDICE REMISSIVO	369

UMA ANÁLISE DAS REFORMAS ATUAIS NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: AMEAÇAS E RETROCESSOS

Edna Sousa de Almeida Miranda

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá-MT)

Sandra Valéria Limonta Rosa

(Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO)

RESUMO: O cenário da educação brasileira sempre foi de transformações diante às dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem, sempre em busca de garantir o acesso ao ensino escolar de qualidade. Neste sentido, normativas educacionais como a LDB (1996) e as DCNEMs (2011; 2012) contribuíram para fundamentar importantes princípios educativos voltados à formação plena humana. Assim, somente por meio de uma educação pautada em elementos filosóficos, artísticos e literários é que se pode propiciar aos nossos estudantes a capacidade de leitura crítica e consciente dos enfrentamentos de sua realidade de modo a transformá-la. Diante das intensas e impositivas reformulações educacionais ao ensino médio, etapa importante para o projeto de vida dos jovens brasileiros, este trabalho tem como objetivo analisar as reformas atuais propostas a tal etapa da educação básica, as ameaças e retrocessos às quais podem impossibilitar nossos jovens se tornarem cidadãos críticos e conscientes no mundo em

que vivem. Contudo, vale reforçar que somente o acesso ao conhecimento escolar e científico pode contemplar a formação integral humana, tão essencial para compreender o mundo complexo em que vivem. Uma escola que represente um espaço de possibilidades de novos rumos para a vida dos jovens brasileiros em que a luta pela qualidade do ensino envolva professores, estudantes e comunidade escolar. **PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Médio. Normativas educacionais. Formação integral.

AN ANALYSIS OF CURRENT BRASILIAN HIGH SCHOOL REFORMS: THREATS AND SETBACKS

ABSTRACT: The scenario of Brazilian education has always been about changes in the difficulties encountered in the teaching-learning process, always seeking to guarantee access to quality school education. In this sense, educational norms such as LDB (1996) and DCNEMs (2011, 2012) have contributed to the founding of important educational principles aimed at full human formation. Thus it is only through an education based on philosophical, artistic, and literary elements that our students can be provided with the capacity for critical and conscious reading of the confrontations of their reality in order to transform it. In view of the

intense and imposing educational reformulations at high school, an important stage for the life project of Brazilian youths, this study aims to analyze the current reforms proposed at this stage of basic education, the threats and setbacks that may make our become critical and aware citizens in the world in which they live. However, it is worth emphasizing that only access to scholarly and scientific knowledge can contemplate the integral human formation, so essential to understand the complex world in which they live. A school that represents a space of possibilities of new directions for the life of Brazilian youngsters in which the struggle for the quality of education involves teachers, students and the school community.

KEYWORDS: High school. Educational regulations. Integral formation.

1 | INTRODUÇÃO

O cenário da educação brasileira sempre foi de transformações diante às dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem, buscando sempre alternativas que garantissem o acesso a um ensino escolar de qualidade em prol da formação de um cidadão crítico e consciente da sua realidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define como finalidades do ensino médio a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania. Mais tarde, as Diretrizes Curriculares para o ensino médio reiteram tais finalidades com a proposta de uma formação humana integral dos indivíduos adotando os princípios pedagógicos da identidade, diversidade e autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização, em benefício desta etapa final do processo formativo da educação básica a qual se revela detentora de muitas possibilidades aos jovens brasileiros.

Neste sentido, Saviani (2007, 2010) salienta a educação formal como a chave para a inclusão social dos indivíduos, na qual, por meio desta, é possível enfrentar diversos problemas sociais como o desemprego, a saúde e a segurança. Uma educação que proporcione uma formação pautada com elementos filosóficos, artísticos e literários a qual contemple o desenvolvimento pleno do sujeito, o exercício da cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho.

No entanto, o ensino médio, justamente por apresentar este importante papel no projeto de vida dos jovens brasileiros é que tem sido alvo de intensas reformulações educacionais as quais propõem um ensino mais atraente, mas que na verdade, ao limitar o acesso ao conhecimento, pode comprometer a efetiva função social da escola na transformação da realidade destes sujeitos.

Preocupados com as normativas educacionais impostas repentinamente a etapa final da educação básica, este trabalho tem como objetivo analisar as reformas atuais propostas ao ensino médio e as ameaças ao projeto de formação humana integral dos estudantes, as quais podem impossibilitar tais sujeitos se tornarem cidadãos críticos e conscientes no mundo em que vivem.

2 | ENSINO MÉDIO: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Considerando que a educação básica é um direito assegurado pela Constituição Federal, condição primeira ao desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças (BRASIL, 2013) é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº. 9.394, é promulgada em 20 de dezembro do ano de 1996, com intuito de estabelecer princípios fundamentais educativos para a organização dos sistemas educacionais do Brasil, em todos os níveis e modalidades de ensino, a qual dentre seus objetivos, destaca-se uma educação escolar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social.

O Artigo 35 da LDB estabelecia para o ensino médio, etapa final da educação básica, além de um desenvolvimento cognitivo, a preparação para o mundo do trabalho e a formação de um indivíduo crítico e cidadão (BRASIL, 1996):

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; BII - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

Apesar de a LDB constituir-se de uma proposta a qual preza pela democratização do ensino de qualidade a todos, é possível notar que dentre os princípios apresentados no inciso IV do artigo 35 acima, há uma disposição de um ensino escolar voltado a compreensão da ciência e tecnologia e a formação de um sujeito crítico capaz de solucionar problemas e tomar decisões.

É neste sentido que surgem propostas de reorganização curricular como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no ano de 1998, e as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (DCNEM), fundamentadas nos princípios educativos da LDB, com intuito de ofertar um ensino de conteúdos de forma contextualizada e menos fragmentada.

No entanto, tais propostas, duramente criticadas na época, apresentavam um discurso com forte ideário neoliberal com uma implícita subordinação da educação ao mercado com a ideia de um currículo mais flexível e a separação entre formação geral e formação para o trabalho, reduzindo o importante papel da escola na transformação social dos estudantes (KUENZER, 2000; MOEHLECKE, 2012).

Devido às inúmeras críticas recebidas, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Conselho Nacional de Educação, a fim de atualizar os princípios educativos da Educação Básica, define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Parecer CNE/CEB n.7/2010 e Resolução CNE/CEB n.4/2010). Além disso, o Parecer CNE/CEB n.5.2011 e Resolução n.2 de 30 de janeiro de 2012, se constituem

como diretrizes aprovadas a fim de nortear a organização curricular no Brasil, em especial o Ensino Médio, diante da necessidade de se estabelecer uma identidade própria para este nível de ensino, da permanência do aluno na escola e do combate a evasão e reprovação.

A reformulação de tais propostas educacionais quanto ao papel do ensino médio justificou-se em virtude das novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da ampliação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das alterações do mundo do trabalho e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens, sujeitos dessa etapa educacional (BRASIL, 2010 *apud* MIRANDA, 2017).

A Resolução nº. 2 de 30 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012) a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) define esta etapa da educação básica, como um direito social e dever do Estado em todas as formas de ofertas, pública e gratuita, cuja organização tem como princípios educativos a formação integral do estudante e a integração de conhecimentos na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização. As diretrizes recomendam a inclusão da educação profissional com um currículo que integre a formação de nível médio à formação profissional.

Vale destacar que a concepção de formação integral do indivíduo como um dos princípios educacionais nas DCNEM foi um modesto passo, mas muito pertinente a superação da lógica capitalista que influenciaram as normativas que regem a educação brasileira nos últimos anos. Esta concepção de desenvolvimento pleno humano tem sua origem na filosofia marxista a qual enfatiza a necessidade da formação de um homem completo, crítico e consciente do seu processo produtivo e sua relação com o mundo (MANACORDA, 2007; MIRANDA, 2017). Uma formação que pode contribuir na construção de um mundo mais humano e igualitário.

Para contemplar tal formação, as DCNEMs preconizam a contextualização para a intervenção na realidade por meio da articulação entre uma base comum com uma parte diversificada, a fim de atender as diferentes necessidades dos alunos:

Art.7º. A organização curricular do ensino médio tem uma base nacional comum e uma parte diversificada que não devem constituir blocos distintos, mas um todo integrado, de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais (BRASIL, 2012, p.2).

Além da contextualização, o princípio educativo da interdisciplinaridade posto nas DCNEMs, apresentado anteriormente em documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e Orientações Curriculares para o ensino médio (OCEM) deve ser compreendido como uma necessidade no processo formativo dos estudantes a fim de propiciar a estes indivíduos o entendimento do objeto de conhecimento em sua totalidade, considerando as mediações históricas que o constitui (FRIGOTO, 2008). Neste sentido, o autor ressalta que o trabalho

disciplinar pode revelar-se muito mais que uma técnica didática, constituindo-se como um grande aliado na superação do ensino fragmentado ainda tão presente nas diversas áreas do conhecimento.

Vale destacar que as diretrizes ao proporem o atendimento as diferentes necessidades dos alunos, estão considerando um projeto que desenvolva possibilidades formativas as quais respeitem as múltiplas identidades e especificidades destes jovens, e também as fases de desenvolvimento. Para Moehleck (2012), estabelecer esta identidade é o grande desafio em virtude da multiplicidade de significados e trajetórias a serem construídos ao longo do ensino médio.

Contudo, tais propostas educacionais voltadas para a formação plena dos jovens estudantes do ensino médio, caracterizam-se pelo distanciamento da realidade escolar, pois em momento algum, considera a necessidade de uma formação inicial e contínua sólida dos docentes que atuam neste nível de ensino e muito menos ainda, as condições reais do ensino público, marcado pela falta de estrutura física e de pessoal, o que compromete atender na totalidade as diretrizes no processo formativo escolar.

Diante do exposto, por considerar a relevância de uma educação escolar voltada para uma formação crítica e transformadora, é que propomos uma discussão das reformas atuais no ensino médio e os seus impactos na qualidade do processo ensino-aprendizagem-desenvolvimento dos jovens estudantes brasileiros.

3 | A PROPOSTA PARA UM NOVO ENSINO MÉDIO

O ensino médio brasileiro, etapa final da educação básica de extrema relevância para a formação emancipatória de nossos jovens, tem sido o grande alvo de reformulações repentinas com a justificativa de melhorias na qualidade do ensino.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação no ano de 2016, diante de resultados não animadores do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) divulgados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), manifestou a necessidade de mudanças urgentes no formato do ensino médio brasileiro por meio da Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016, além da possível criação de uma Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

As propostas educacionais supracitadas pautadas no processo de avaliação, por meio dos sistemas de avaliações nacionais e seus indicadores, a fim de justificar possíveis melhorias na qualidade da educação, podem sinalizar um retrocesso no processo formativo de nossos jovens. Isto porque tais reformas propõem o estreitamento curricular e o treinamento para testes, negando princípios importantes das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) como a diversidade e a pluralidade de experiências e conhecimentos dos jovens educandos de modo a comprometer a formação de sujeitos críticos e transformadores da

realidade em que vivem (FREITAS, 2016; MIRANDA, 2017).

No Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº. 13.005 de 25 de junho de 2014, com vigência de dez anos (2014-2024), dentre as estratégias das metas 2 e 3 está a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum para o ensino fundamental e ensino médio, respectivamente. Entre suas diretrizes definidas destacam-se a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades educacionais, melhorias na qualidade da educação e a valorização dos profissionais da educação (BRASIL, 2014).

A meta 3 define ações para o ensino médio como:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento” (BRASIL, 2014, p.52).

Vale ressaltar que entre as estratégias definidas para a meta 3 a qual estabelece ações para o ensino médio, já havia se pensado na proposta da Base Nacional Comum Curricular, com uma organização curricular de forma flexível e diversificada, com conteúdos obrigatórios articulados em dimensões (como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte) com a garantia de aquisição mínima de infraestrutura, materiais didáticos e com a formação continuada de professores vinculada a instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

Além disso, tal meta ainda é composta por outras ações, como a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, a oferta do ensino médio diurno e noturno de acordo com as necessidades específicas dos alunos, e, ainda, a implementação de políticas de prevenção à evasão (BRASIL, 2014; MIRANDA, 2017).

Ao confrontar as estratégias do PNE à reforma da MP 746 no ano de 2016, percebe-se que a proposta do novo ensino médio agrava a problemática das desigualdades educacionais, ao reforçar a exclusão social e escolar com a retirada de disciplinas como Educação Física e Artes do currículo dos estudantes por meio da proposta do exercício da docência por profissionais que possuam notório saber, o que desqualifica e precariza o trabalho docente. Aliás, tal proposta não considera a oferta do ensino médio noturno que atende o perfil da grande maioria dos jovens brasileiros que necessitam trabalhar (BRASIL, 2016; MIRANDA, 2017).

Freitas (2016) esclarece em seu artigo que a MP 746 trata-se de uma estratégia empresarial no ensino médio, a qual visa inserir no âmbito escolar a dinâmica concorrencial dos mercados a qual pode limitar as fronteiras do pensamento dos jovens brasileiros. A MP 746 almeja um jovem trabalhador com habilidades e competências adequadas ao progresso da sociedade, capacitado com conhecimentos técnicos para a solução imediata de determinados problemas, os quais não exijam um pensamento mais elaborado. Conforme Duarte (2001), esta formação voltada

a capacidade adaptativa dos indivíduos a fim de somente atender ao mercado de trabalho, torna-se uma ameaça aos nossos jovens, pois nega a possibilidade de transformação da realidade social em vivem.

Desta forma, a reforma ao propor a flexibilização curricular, com a redução da carga horária da formação geral, destinada aos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2.400 horas para 1.200 horas, a MP 746 não demonstra mínima preocupação com a formação ética, estética e científica dos estudantes.

Sendo assim, ao estabelecer que as escolas ofertem um currículo reduzido, o novo Ensino Médio não garante a obrigação de se ofertar todos os itinerários formativos nas escolas, podendo acontecer de algumas escolas excluírem a oferta de componentes como a Biologia, a Física, a Química, a Sociologia, a Filosofia ou mesmo a Educação Física e Arte. Daí um alerta para a efetiva implementação da MP 746, visto que tal reforma impositiva compromete a formação geral dos jovens brasileiros ao negar o acesso ao conhecimento sistematizado tão necessário mais uma vez, a transformação da realidade em que vivem e ao exercício pleno da cidadania (FREITAS, 2016; MIRANDA, 2017).

A figura do “notório saber” é outro ponto agravante da MP 746 por reforçar mais ainda a precarização do trabalho docente. Isto porque em momento algum tal proposta preconiza ações voltadas para a formação de professores e valorização da carreira destes profissionais criando jurisprudência para o professor sem formação superior atuar na área. A priori, esta proposta parece ser ideal para suprir a falta de professores de determinadas áreas do conhecimento como, por exemplo, Física e Matemática. No entanto, vale lembrar que somente um professor licenciado tem condições de contemplar um processo formativo voltado à transformação social dos jovens estudantes (FREITAS, 2016; MIRANDA, 2017).

Logo, Freitas (2016) alerta da intencionalidade implícita na MP 746 a qual intensifica a desvalorização daqueles que exercem o ofício de ensinar a fim de justificar a privatização do ensino público. Desse modo, a reforma pretende inserir no campo educacional, elementos do mundo empresarial como eficiência, bônus, desempenho, premiações, e assim estimular a competitividade, seja entre os docentes ou mesmo entre os estudantes. Com isso, vale acrescentar a esta intencionalidade o perigo das parcerias público-privadas reforçadas pela MP para a implantação da escola de tempo integral.

Esta lógica com ênfase ao melhor desempenho é outro ponto preocupante da MP 746, por agravar a desigualdade social e escolar, impactando diretamente a qualidade do processo educativo. Para Frigotto (2016), a reforma proposta pela MP 746 legaliza o *apartheid social* na educação brasileira, cujos filhos da classe trabalhadora que estudam em escolas públicas, maiores afetados por tal medida, poderão ter como seus destinos as carreiras de menor prestígio social e valor econômico.

Com o discurso semelhante da proposta do novo ensino médio por meio da

MP 746, no ano de 2015 já se pensava a criação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visto a necessidade de um currículo flexível que atenda o projeto de vida dos estudantes. Esta necessidade consta na meta 7.1 do Plano Nacional da Educação aprovado no ano de 2014, como uma das possíveis estratégias para melhorias na qualidade do ensino brasileiro.

Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitadas a diversidade regional, estadual e local (BRASIL, 2014. p.60).

Alguns autores preocupados com a forma que o ensino médio brasileiro tem sido conduzido, já estão engajados na discussão da possível implementação da BNCC nas escolas (ALVES, 2014; SILVA, NETO, VICENT, 2015; MOREIRA *et al*, 2015). Tais autores esclarecem que a BNCC propõe um currículo mínimo, prescritivo, com direitos e objetivos de aprendizagem, com um olhar fragmentado das áreas e a separação de conteúdos e metodologias, a qual negligencia a formação integral dos jovens estudantes brasileiros ao limitar a apropriação do conhecimento como instrumento de leitura de mundo.

Moreira *et al* (2015) ao analisar os impactos da BNCC à área de Ciências Naturais e da Natureza, destacam a dificuldade de se alcançarem os objetivos propostos em cada Unidade de Conteúdo, caracterizando um ensino conteudista, como destacado na quantidade de diferentes temáticas indicadas para o primeiro ano do ensino médio incompatíveis com a carga horária atual, no caso da disciplina de Biologia. Além disso, os autores chamam a atenção quanto os limites latentes à apropriação do conhecimento, cujos aspectos culturais, éticos e morais do sujeito são pouco considerados no processo formativo, além da ausência do incentivo à participação entre comunidade e escola e a participação social.

A ansiedade por esta rápida implantação da BNCC tem implícita a relação de poder em suas ideias, tendo como grandes interessados fundações e movimentos de cunho econômico, as quais justificam a necessidade de melhorias na qualidade do ensino com base nos índices dos sistemas de avaliações nacionais, cuja defesa de um currículo escolar mínimo mascara a intencionalidade de controlar o que os professores ensinam em sala de aula, sem ao menos tratar do plano de carreira destes profissionais e a formação necessária para uso desta proposta curricular (ALVES, 2014; MIRANDA, 2017).

Neste sentido, os autores supracitados ajudam a compreender os impactos da BNCC no espaço escolar e alertam o quão é importante uma ampla discussão com a participação dos professores, estudantes da educação básica, universidades e pesquisadores das diversas áreas do conhecimento e todos aqueles envolvidos na formação de futuras gerações do país. Esta análise cautelosa sobre a implantação da BNCC e suas possíveis consequências nos processos educativos é primordial

para que, de fato, possa contribuir significativamente para a construção de tal proposta curricular. A discussão com os sujeitos envolvidos diretamente nessas mudanças educacionais pode minimizar a busca pelos culpados, caso tal proposta seja implementada e venha a fracassar (MOREIRA *et al.*, 2015; MIRANDA, 2017).

Diante de tantas reformas impositivas e repentinas, será que os professores estão preparados para mais uma das muitas mudanças ao longo destes anos na educação brasileira? É fato que, caso aprovadas tais reformas, os professores deverão se adaptar as novas normativas. É possível notar que não há, de fato, preocupação com os reflexos das mudanças educacionais na formação docente, tanto inicial quanto continuada, e na valorização de seu trabalho. Profissionais estes que lidam diretamente com os problemas estruturais existentes no espaço escolar e tantas outras condições precárias inerentes ao ofício de ensinar, os quais são ignorados nessas propostas.

As reformas educacionais propostas atualmente refutam a proposta da meta 18 do PNE, como a efetivação de professores por meio de concursos públicos, o acompanhamento dos professores iniciantes, licenças e incentivos a qualificação profissional.

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 2014, p.81).

Considerando a necessidade de políticas públicas sólidas voltadas para o trabalho docente, Dourado (2015) salienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, as quais definem a valorização dos profissionais do magistério da educação básica, articulando formação inicial, continuada, carreira, salários e condições de trabalho.

Além disso, diversas entidades voltadas para discussões sobre a formação de professores têm atuado em defesa da valorização do trabalho, em prol de uma política de formação permanente, com intuito de assegurar a tais profissionais mínimas condições de carreira, remuneração e psicológica, no sentido de contribuir para a construção de uma identidade docente coletiva e assim fortalecer esta categoria profissional diante da desvalorização constante aos que exercem o ofício de ensinar.

4 | ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: AMEAÇAS E RETROCESSOS

Para combater os retrocessos impostos por meio de reformas atuais propostas ao ensino médio, a mobilização por parte dos docentes, discentes e toda comunidade escolar é fundamental, pois essas reformas podem aprofundar problemas já existentes na formação dos jovens brasileiros e no trabalho docente.

Uma discussão minuciosa faz-se necessária com todos os sujeitos supracitados sobre os impactos de tais medidas no processo educativo. Assim, é primordial alertar a sociedade brasileira das verdadeiras intenções desta proposta impositiva, que não dispõe ações voltadas à valorização da carreira docente, muito menos condições materiais e estruturais para que as escolas possam implementar um currículo que, de fato, proporcione melhorias na qualidade do ensino, as quais possam ir além dos índices de avaliação.

A problemática da reforma do ensino médio remete a preocupante descontinuidade de políticas públicas no âmbito educacional brasileiro que não contribuem de nenhuma maneira para as melhorias da educação. Desse modo, as propostas apresentadas nos documentos que definem diretrizes e orientações curriculares ao ensino médio não se efetivem nas escolas. Isto porque não consideram problemas quanto à formação inicial e permanente dos professores, infraestruturas e materiais disponíveis nos espaços escolares que atendam as exigências da reforma e a incompreensão de conceitos e fundamentos da legislação educacional proposta.

Por isso, vale reforçar que a discussão e o diálogo com gestores, professores, estudantes, pais e toda comunidade escolar em parcerias com as universidades pode ser o início de um caminho para buscar a tão sonhada qualidade do ensino escolar, em especial o ensino médio, que ainda tem muito a discutir sobre seu papel para se estabelecer na educação brasileira.

Vale ressaltar que, um dos pontos polêmicos das propostas impositivas na reforma do ensino médio é a oposição ao discurso de formação integral dos jovens estudantes, cuja MP almeja um sujeito individualista e competitivo alheio aos anseios da coletividade, perfil ideal para atender o mercado de trabalho.

Diante desta forte ameaça, mais que do que nunca, é preciso que as diversas áreas do conhecimento, cada uma com suas particularidades, busquem se fortalecer no sentido de contribuir para a formação integral do sujeito que supere a lógica do mercado e desenvolva seu pensamento em uma totalidade. Isto implica diretamente em necessárias mudanças na formação e na ação educativa dos professores, o que implica superar a compreensão reducionista das didáticas, utilizadas no processo educativo, muitas vezes equivocadamente, de forma prescritiva e dissociada dos conteúdos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino médio brasileiro tem sido ameaçado com propostas impositivas apresentam um discurso de um ensino mais atrativo e flexível, com a justificativa das novas exigências educacionais e do mundo do trabalho. Tais reformas, caso implantadas, colocam em perigo a rica proposta de formação plena humana desta etapa tão importante para os jovens brasileiros.

É esta formação integral que pode dar condições aos jovens estudantes uma leitura crítica deste mundo tão complexo o qual estão inseridos, a qual somente é possível por meio do acesso ao conhecimento escolar e científico. É somente na escola que tais sujeitos podem desenvolver uma postura crítica e consciente de questões políticas, éticas, econômicas, sociais e ambientais da realidade em que vivem de modo a transformá-la, construindo um mundo mais humano e igualitário. Daí o porquê da ânsia pela implementação do novo ensino médio.

Pelo fato da escola representar um espaço de possibilidades de novos rumos para a vida dos jovens brasileiros, mais do que nunca a luta por uma educação de qualidade deve ser constante pelos principais atores do processo formativo escolar: professores, estudantes e comunidade escolar. Por uma educação escolar que cumpra seu papel social na transformação da realidade de nossos jovens.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Sobre a possibilidade e a necessidade curricular de uma base nacional comum. In: **Revista e Currículum**, vol. 12, núm. 3, outubro-diciembre, pp. 1464-1479. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 08.12.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB n.7/2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. 546p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>: Acesso em: 03.12.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Parecer CNE/CEB nº. 5/2011. Ministério da Educação. 64p. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9915-pceb005-11-1-1&Itemid=30192: Acesso em: 03.12.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução CNE/CEB nº 2, 55 p. 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei Nº 13.005, de 25 de Junho 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 03.12.2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Consulta Pública. Brasília. 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 03.12.2016.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Medida Provisória nº. 746 de 22 de setembro de 2016**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48601-mp-746-ensino-medio-link-pdf&category_slug=setembro-2016-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10.12.2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr.-jun. 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. **MP nº. 746: estratégia empresarial no ensino médio**. 2016. Disponível

em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2016/11/23/mp-746-estrategia-empresarial-no-ensino-medio>>. Acesso em: 10.12.2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: **Revista do Centro de Educação e Letras**. Unioeste. Foz do Iguaçu-PR, v. 10, n.01, p.41-62. 2008.

_____. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno**: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>>. Acesso em: 10.12.2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. In: **25ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED**. Caxambu-MG, 2000. Disponível em: <www.seduc.rs.gov.br/pse/binary/download/DownloadServlet?../acacia_kuenzer>. Acesso em: 20/01/2017.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, Editora Alínea. 2007. 206p.

MIRANDA, Edna Sousa de Almeida. **A experimentação no ensino de Biologia: contribuições da teoria do ensino desenvolvimental para a formação do pensamento teórico**. 2017. 228f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 49 jan.-abr. 2012.

MOREIRA, Carla Andrea, *et al.* Algumas impressões sobre a base nacional comum e implicações sobre o ensino de ciências e biologia na educação básica. In: Associação brasileira de ensino de Biologia, **SBENBIO**, 2015, São Paulo. Disponível em: <www.sbenbio.org.br/wordpress/wp-content/uploads/.../análise-bncc-sbenbio.pdf> Acesso em: 01.02.2017.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; NETO, Henrique Fernandes Alves; VICENT, Daniel Vitor. **A proposta da Base Nacional Comum Curricular e o debate entre 1988 e 2015**. 2015.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipar, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes Comunitários de Saúde 98, 101, 106, 107

Agrotóxicos 2, 3

Aprender pela Experiência 174

Atenção Primária à Saúde 35, 36, 39, 40, 43, 44

B

Business Intelligence 109, 110, 114, 115

C

Cidadania Planetária 99, 107, 108

Contextos socioculturais 185

D

Desempenho Acadêmico 109

E

Educação 2, 5, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 23, 26, 33, 34, 35, 41, 53, 56, 61, 66, 70, 74, 76, 77, 78, 80, 87, 98, 99, 107, 108, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 146, 147, 148, 159, 164, 169, 170, 171, 175, 176, 183, 197, 198, 201, 202, 207, 211, 213, 214, 216, 217, 218, 221, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 234, 236, 242, 243, 245, 253, 254, 263, 265, 268, 274, 275, 276, 286, 295, 297, 298, 301, 302, 305, 306, 307, 313, 323, 324, 325, 327, 329, 332, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 347, 348, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 360, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 368

Educação de Jovens e Adultos 3, 74, 197, 198, 201, 216

Educação em Saúde 35

Educação Feminina 23, 34

Educação Matemática Inclusiva 78

Empreendedorismo 202

Enfermagem 35, 43, 44, 254

Escola técnica 202

Estado do Conhecimento 66

Estágio Supervisionado 197, 198, 201

F

Formação de Professores 66, 76, 229, 274, 287, 288, 321, 351

G

Gestão da Informação 109, 111, 112

I

Identidade Docente 66

L

Livros paradidáticos 135, 148

M

Metodologias ativas de aprendizagem 7, 45

Método Psicanalítico de Pesquisa 185

O

Observatório da Educação 78, 80

P

Pensamento Complexo 99, 101

Planejamento 35, 133, 171, 295, 320, 326, 368

Política Educacional 125, 229

Práticas agroecológicas 2

Práticas Docentes 218

Processos clínicos 185

Professor universitário 160

Promoção à Saúde 35

R

Relações familiares 245

S

Sistemas de Informação 109, 113

Subjetividade 224, 229, 245

Sujeitos 245

T

Técnicos em Assuntos Educacionais 125, 126, 127, 129, 130, 134

Tecnologia da Informação 109, 113

Transferência-construtiva 185

Transgeracionalidade 174, 184

Transmissão Psíquica 174

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-555-6

